

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.411 - PR (2019/0231375-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : GLOBALFOOD SISTEMAS INGREDIENTES E TECNOLOGIA PARA ALIMENTOS LTDA
AGRAVANTE : SEGUROS SURA S/A
ADVOGADOS : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR E OUTRO(S) - SP132994
ADRIANO HENRIQUE GÖHR - PR037114
AGRAVANTE : SGS AGRICULTURA E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADOS : JOSE ELI SALAMACHA - PR010244
CLAUDIO ROBERTO MAGALHAES BATISTA - PR018885
LUIZ GUILHERME BUSS E OUTRO(S) - PR051639
PATRÍCIA ALVES CORREIA IMAGUIRE - PR053627
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. CONTRATO DE SEGURO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. FALTA DE CULPA E NEXO DE CAUSALIDADE PARA CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. INCIDÊNCIA DO CDC. IMPOSSIBILIDADE. TEORIA FINALISTA MITIGADA. NÃO APLICAÇÃO AO CASO. INEXISTÊNCIA DE VULNERABILIDADE. SÚMULA 83/STJ. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL DE **SEGUROS SURA S.A.** E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Na origem, Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S.A. (atual denominação de Seguros Sura S.A.) ajuizou ação de ressarcimento contra SGS Agricultura e Indústria Ltda., uma vez que possui contrato de seguro firmado com a empresa Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda. Afirmou que a segurada fabrica o produto Emulsificante LAC 5800, utilizado na fabricação da Bebida Láctea UHT sabor baunilha produzida pela empresa Ourolac Indústria e Exportação Ltda., sendo que um dos componentes utilizados na fabricação do Emulsificante LAC 5800 é o SGS Mono 90, fornecido pela empresa SGS.

Superior Tribunal de Justiça

Todavia, em 5/1/2010, a autora/seguradora recebeu várias reclamações da Ourolac acerca do Emulsificante LAC 5800, por apresentar na produção final, ou seja, na bebida láctea, um sabor saponificado. Essas reclamações chegaram até a Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda., a qual notificou a seguradora, objetivando o pagamento de indenização acerca dos prejuízos sofridos em razão da perda de 175.922 (cento e setenta e cinco mil, novecentos e vinte dois) litros do produto final produzido por Ourolac, justificando que as causas mais prováveis estariam no produto SGS Mono 90, fabricado pela SGS, isso porque, ao substituí-lo pelo Myverol 18-04K, produzido por outro fabricante, cessou-se o problema.

A seguradora, por sua vez, aduziu que indenizou a segurada em R\$ 455.009,55 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, nove reais e cinquenta e cinco centavos), subrogando-se nos direitos de ações da Globalfood contra a causadora do dano, ora requerida. Desse modo, a autora pugnou pela condenação da SGS ao pagamento do valor pago pela indenização.

Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda. também ajuizou ação de cobrança contra SGS Agricultura e Indústria Ltda., alegando que apesar de ter recebido da seguradora Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S.A. (atual denominação de Seguros Sura S.A.) o valor de R\$ 455.009,55 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, nove reais e cinquenta e cinco centavos), não foi suficiente para cobrir os prejuízos decorrentes do descarte do material impróprio para consumo, o qual totalizou o valor de R\$ 577.381,71 (quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos). Pugnou, assim, pela condenação da ré ao pagamento da diferença, qual seja, R\$ 107.293,17 (cento e sete mil, duzentos e noventa e três reais e dezessete centavos).

O Magistrado reconheceu a conexão das ações e determinou que todas as petições fossem a ele dirigidas.

Contudo, o Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos e declarou extintos ambos os feitos com resolução de mérito. Além disso, condenou as autoras integralmente ao pagamento de custas e honorários fixados em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo 50% para cada um dos autos.

Superior Tribunal de Justiça

Interpostos recursos de apelação por SGS Agricultura e Indústria Ltda., Seguros Sura S.A. e Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda., a Décima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná decidiu, por unanimidade, não conhecer do agravo retido e conhecer e negar provimento aos apelos, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 962):

APELAÇÃO. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE PRODUTOS. AÇÃO DE COBRANÇA E DE RESSARCIMENTO. BEBIDA LÁCTEA COM SABOR SAPONIFICADO. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. APELO 01. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. DESCABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELOS 02 E 03. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. AUTORES QUE NÃO FIGURAM COMO CONSUMIDORES FINAIS DO PRODUTO DEFEITUOSO. VULNERABILIDADE NÃO DEMONSTRADA. INCIDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA AO CASO. CULPA E NEXO DE CAUSALIDADE NÃO EVIDENCIADOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSOS 02 E 03 DESPROVIDOS.

Opostos embargos de declaração por SGS Agricultura e Indústria Ltda. e Seguros Sura S.A., foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.005-1.015 e 1.017-1.027).

Nas razões do recurso especial, **Seguros Sura S.A.**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação aos arts. 373, I, 489, § 1º, IV, e 1.022, II, e parágrafo único, do CPC/2015; e 12 do CDC, ao argumento de omissão e falta de fundamentação no acórdão recorrido acerca do laudo produzido nos autos, o qual aponta de forma categórica a responsabilidade da recorrida SGS Agricultura e Indústria Ltda.

Além disso, aduziu que não houve a devida valoração das provas dos autos, uma vez que o acórdão entendeu pela ausência de responsabilidade mesmo diante de laudo produzido que atestou que "a Gordura SGS MONO 90 M fornecida pela Empresa SGS proporcionou o sabor de sabão ao produto final (Bebida Láctea UHT Sabor Baunilha)" (Perita Amando Alexandre Martins - Engenheira de Alimentos - CREA-PR 127757/D - Movimento 1.87)" (e-STJ, fl. 1.057).

Defendeu também que, no caso, por tratar-se de defeito no produto, afastaria-se a comprovação de culpa nos termos do Código de Defesa do Consumidor,

Superior Tribunal de Justiça

tendo em vista a responsabilidade objetiva do fabricante.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.090-1.109).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, bem como pela incidência da Súmula 7 do STJ.

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Além disso, observa-se que o acórdão recorrido dirimiu a questão de forma devidamente fundamentada, conforme se extrai do seguinte trecho, o qual foi repisado no julgamento dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 974-978):

Partindo dessa premissa, para que se caracterize a responsabilidade civil, necessária se faz a demonstração do ato ilícito, do dano, do nexo causal entre ambos e da culpa a saber se há responsabilidade da apelada pela "contaminação" do produto final produzido pela empresa Ourolac Industria e Exportação Ltda que gerou danos às requerentes.

De fato, restou incontroverso que o produto final "Bebida Láctea UHT sabor Baunilha", fabricado pela empresa Ourolac, com o produto (LAC 8.500-2) fornecido pela apelante Globalfood, que

Superior Tribunal de Justiça

contém, dentre seus componentes, o "SGS Mono 90" produzido pela apelada, passou a apresentar sabor "saponificado", gerando reclamações das empresas clientes da Oulolac, dentre elas, a rede de lanchonetes Bob's, conforme email's acostados no mov. 1.5.

Defendem as apelantes que o laudo pericial produzido durante a instrução processual é categórico ao apontar a responsabilidade da empresa apelada no caso em tela.

E, de fato, a Engenheira de Alimentos Amanda Alexandre Martins (perita nomeada nos autos), traz em conclusão ao laudo pericial que *"com base na documentação apresentada e conhecimento de todas as etapas, desde a matéria prima até o produto final, pode-se afirmar que a gordura SGS Mono 90 M fornecida pela empresa SGS proporcionou o sabor de sabão ao produto final. (fl. 498)"*

Contudo, em nova oportunidade, em que foram levantados questionamentos acerca do laudo apresentado, a perita assevera que "A conclusão do laudo pericial (fl. 503), como apresentado diversas vezes no corpo do laudo, é baseada considerando cumpridas as especificações de armazenamento do fabricante, mesmo que em um espaço terceirizado. Comprovando falta de condições de armazenagem adequadas, o fornecedor se isenta de qualquer responsabilidade perante a garantia de qualidade do produto. Analisando os autos, onde se encontram as informações da substituição da SGS Mono 90 M pelo Myverol 18-04K no produto LAC - 8500 da empresa GLOBALFOOD. Se a empresa GLOBALFOOD manteve todas as condições de processo de fabricação do LAC - 8500 exatamente iguais, substituindo apenas a SGS Mono 90 M pelo Myverol 18-04K, afirmo que a origem do problema (gosto de sabão) é a SGS Mono 90 M".

Às fls. 502, a perita esclarece:

"produtos como a SGS Mono 90, são adicionados para que alterem a qualidade tecnológica da mistura. A gordura adicionada ao emulsificante tem como função diminuir a tensão superficial e assim garantir que dispersões entre o óleo e água possam ser misturadas. Portanto, as especificações técnicas fornecidas pela SGS à GLOBALFOOD garantiram apenas características físicas e químicas, e não sensoriais, como odor e sabor'.

Afirma, ainda, que foram anexados aos autos (fls. 145 à 192) laudos analíticos elaborados pela empresa Globalfood, que contem parâmetros de cor, sabor e odor dos lotes do "SGS Mono 90" quando estes foram recebidos pela empresa e que "em todos os laudos apresentados os resultados desses parâmetros apresentam-se característicos, ou seja, conforme parâmetro apresentado. Sendo assim deveriam presumir a qualidade do SGS Mono 90".

Em outras palavras, assim que a apelante recebeu os lotes do componente "SGS Mono 90", foi por ela atestada a qualidade dos mesmos.

Portanto, quando do recebimento do produto em seu estabelecimento, o componente apontado como o causador da alteração no sabor da bebida láctea, contemplava todas as especificações determinadas pela empresa, sendo aceita pelo

cliente, não tendo havido desvio de qualidade na sua produção. Nesse sentido, a testemunha Emerson Mataruna (gerente industrial) esclarece que quando a requerida foi notificada pela requerente (Globalfood) do problema com o "SGS Mono 90", foi realizada toda a rastreabilidade do produto para verificar se havia ocorrido alguma anomalia, constatando-se que aquela matéria-prima estava dentro das especificações determinadas pela empresa e que foi aceita pelo cliente, não tendo havido desvio de qualidade. A testemunha esclareceu, ainda, que o insumo "SGS Mono 90", quando aplicado, não confere sabor ou odor, agindo apenas na questão de textura e na modificação cristalina de outros ingredientes.

Assim, conforme bem defendido pela requerida, como poderia um insumo que interfere apenas na textura e na cristalização de um componente, conferir, por si só, sabor diferenciado a um produto fabricado mediante combinação de vários outros componentes.

Corroborando com o já fundamentado, a testemunha, Claudianne (coordenadora de qualidade), afirmou que quando foi formalizada a reclamação, promoveu-se o rastreamento do processo de fabricação, tendo-se então constatado que o "SGS Mono 90", então fornecido, não tinha nenhum - desvio de padrão, esclarecendo que o sabor de sabão não é uma característica do "SGS Mono 90", e que não é possível haver problema no processo de fabricação do referido produto que venha a causar o sabor saponificado em algum outro produto no qual ele venha a ser utilizado. Assevera que por se tratar de um éster não é possível que confira características de odor e/ou sabor.

A r. sentença destaca o testemunho de Murilo, que é responsável técnico da divisão de lácteos da apelante Globalfood e afirmou em juízo que "o produto em si, ou seja, o emulsificante fornecido pela SGS não demonstrava por si só a existência de problema".

Conforme se vê, ainda que a prova pericial apresente análise insuficiente para que se pudesse verificar a origem exata da alteração na bebida láctea, por outro lado, as testemunhas arroladas pelas partes são uníssonas no sentido de afirmar que o componente "SGS Mono 90", por si só, não poderia ter dado causa ao alegado sabor saponificado do produto comercializado pela empresa Ourolac, o que implica no afastamento da responsabilidade da apelada, restando claro que o defeito do produto final pode ter sido uma consequência da forma de seu processamento na indústria ou até uma reação dos demais insumos da fórmula do "LAC-8500".

Assim, não existindo elementos de prova à imputação da culpa à requerida, que comprovou entregar o produto à apelante Globalfood em perfeitas condições, descaracterizado está o dever de indenizar, nos termos do art. 186 do Código Civil, de acordo com o qual "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

Por sua vez, o art. 927 do mesmo digesto dispõe que "aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Releva notar, ainda, da análise do conjunto probatório, que o magistrado, atendendo ao princípio da livre apreciação da prova,

Superior Tribunal de Justiça

expresso no artigo 371 do NCPC, fundamentou adequadamente sua decisão, considerando a lei e os elementos constantes dos autos, não merecendo reforma a sentença, observado o tema submetido a recurso.

Enfim, sem provar a culpa da apelada, ônus que cabia às apelantes, nos moldes do art. 373, I, do Código de Processo Civil/15, não merece censura a r. sentença.

Desse modo, atentando-se aos argumentos trazidos pela insurgente e aos fundamentos (acima destacados) adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial. Assim, a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Nesse contexto, não há como infirmar as conclusões vertidas no aresto hostilizado (acerca da ausência de culpa e nexo de causalidade para evidenciar a responsabilidade da empresa SGS Agricultura e Indústria Ltda.), sem que se proceda ao revolvimento fático-probatório e de cláusulas contratuais do processo em apreço, o que é vedado nesta instância extraordinária, ante o óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.

Ademais, conforme entendimento desta Corte, em razão do princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional, adotado pela Constituição Federal, não há que se falar em hierarquia entre elementos probatórios, de modo que a conclusão de laudo pericial não vincula o Magistrado, o qual poderá formar sua convicção com base nos demais elementos probatórios presentes nos autos.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO EXTRA OU ULTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. DECISÃO PROFERIDA A PARTIR DA PROVOCAÇÃO DO AUTOR E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA. EXTINÇÃO NA ORIGEM. CARÊNCIA DE INTERESSE. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA LIVRE CONVICÇÃO DO JUIZ. ANÁLISE DA SUFICIÊNCIA DE PROVAS E DA SUPOSTA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA N. 7/STJ. OFENSA AO ART. 535, I E II, DO CPC NÃO CONFIGURADA. DISSENSO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL.

Superior Tribunal de Justiça

IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

[...]

5. O magistrado não se vincula às conclusões do laudo pericial, razão pela qual, em atendimento ao princípio do livre convencimento motivado, previsto no art. 131 do CPC, faculta-se ao juiz formar sua convicção a partir dos demais elementos existentes nos autos.

[...]

9. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 15.400/GO, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 1º/2/2013)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL NÃO RECONHECIDO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. LAUDO PERICIAL. NÃO VINCULAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO FUNDADO EM OUTROS MEIOS DE PROVA. POSSIBILIDADE.

[...]

4. É firme o entendimento desta Corte no sentido de que o laudo pericial não vincula a conclusão alcançada pelo juiz, que, pelo princípio do livre convencimento, está autorizado a reconhecer a incapacidade laborativa ou afastar o nexo causal, com base no conjunto probatório produzido nos autos. Precedentes.

Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 824.108/SP, Rel. Ministro **HUMBERTO MARTINS**, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 8/3/2016)

Em relação à incidência do CDC e à aplicação do seu art. 12, a jurisprudência desta Corte Superior tem ampliado o conceito de consumidor e adotou aquele definido pela Teoria Finalista Mista, isto é, estará abarcado no conceito de consumidor todo aquele que possuir vulnerabilidade em relação ao fornecedor, seja pessoa física ou jurídica, embora não seja tecnicamente a destinatária final do produto ou serviço.

Desse modo, o conceito-chave no finalismo aprofundado é a presunção de vulnerabilidade, ou seja, uma situação permanente ou provisória, individual ou coletiva, que fragiliza e enfraquece o sujeito de direitos, desequilibrando a relação de consumo.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - BEM MÓVEL. INDENIZAÇÃO. PLEITO DE EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEFEITO DE FABRICAÇÃO - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA CONFERINDO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DA

AUTORA.

1. Consoante precedentes desta eg. Corte Superior, se a pessoa jurídica não ostenta a condição de consumidora final - na hipótese, cuida-se de um laboratório clínico que adquiriu os produtos para insumo de sua atividade comercial (fl. 23 da inicial) - nem se apresenta em situação de vulnerabilidade, não incidem as regras do Direito do Consumidor. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp 133253/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 09/10/2014; AgRg no AREsp 560463/GO, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 23/09/2014; REsp 1417293/PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 02/09/2014; EDcl no Ag n. 1.371.143/PR, Rel. Min. Raul Araújo, DJe de 17/4/2013; REsp n. 1.297.956/RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 27/2/2013.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1.299.116/SP, Rel. Min. **MARCO BUZZI**, Quarta Turma, DJe de 10/3/2016)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. SEGURO. PESSOA JURÍDICA. TRANSPORTADORA QUE CONTRATA SEGURO PARA PROTEÇÃO DE SUA FROTA E CONTRA DANOS CAUSADOS A TERCEIROS. DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. NECESSIDADE DE ANÁLISE CONJUNTA DO CRITÉRIO DA VULNERABILIDADE. CLÁUSULA LIMITATIVA DE COBERTURA. CASO CONCRETO. VALIDADE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O art. 2º do Código de Defesa do Consumidor abarca expressamente a possibilidade de as pessoas jurídicas figurarem como consumidores, não havendo, portanto, critério pessoal de definição de tal conceito.

2. A caracterização do consumidor deve partir da premissa de ser a pessoa jurídica destinatária final do produto ou serviço, sem deixar de ser apreciada a questão da vulnerabilidade.

3. É sempre a situação do caso em concreto que será hábil a demonstrar se existe ou não relação de consumo, sendo o emprego final do produto determinante para conferir à pessoa jurídica a qualidade de consumidora, tendo como parâmetro, além da utilização de insumo imprescindível à atividade, também a sua vulnerabilidade.

4. Se o transportador contrata seguro visando à proteção da carga pertencente a terceiro, em regra, não pode ser considerado consumidor, uma vez que utiliza os serviços securitários como instrumento dentro do processo de prestação de serviços e com a finalidade lucrativa.

5. O transportador que contrata seguro objetivando a proteção de sua frota veicular ou contra danos causados a terceiros, em regra, enquadra-se no conceito de consumidor, pois é destinatário final do produto.

6. A moldura fática entregue pelo Tribunal permite concluir que o esclarecimento contido no contrato acerca da abrangência da cobertura securitária satisfaz o comando normativo segundo o qual as cláusulas limitadoras devem ser claras aos olhos dos seus destinatários.

7. A análise mais aprofundada de cláusulas contratuais, fora dos

Superior Tribunal de Justiça

parâmetros fixados na sentença de piso e pelo Tribunal de origem, encontra óbice nos enunciados das Súmulas 5 e 7/STJ.

8. A recorrente não cumpriu o disposto no § 2º do art. 255 do RISTJ, pois a demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

9. Recurso especial não provido. (REsp 1.176.019/RS, Rel. Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO**, Quarta Turma, DJe de 17/11/2015)

Na hipótese dos autos, o acórdão recorrido afastou a incidência do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que não ficou caracterizada a situação de vulnerabilidade da ora agravante, ao asseverar que (e-STJ, fls. 974-975 - sem grifo no original):

In casu, a apelante Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A se auto denominou como "uma empresa reconhecida pela excelência e tradição no mercado corporativo, sendo percebida pela capacidade de inovar e desenvolver soluções para os mercados em que atua, com foco em seguros de Transportes, Automóvel Frotas, Patrimonial, Vida, Responsabilidade Civil e Engenharia, além de oferecer produtos diversificados para Seguros de Afinidades. No exercício findo em Junho de 2012, os prêmios emitidos líquidos totalizaram R\$ 224 milhões e os prêmios retidos cresceram 20%, chegando a R\$ 192 milhões. O índice de sinistralidade da Companhia ficou abaixo da média de mercado".

Quanto à apelante Globalfood Sistemas, Ingredientes e Tecnologia para Alimento, sabe-se que é pessoa jurídica de direito privado, fabricante de aditivos de uso industrial, especialista na fabricação de laticínios, constituindo capital social de R\$ 1.725.000,00 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil reais) conforme contrato social apresentado no mov. 1.3.

Tendo em vista que a apelante 03 Globalfood Sistemas, Ingredientes e Tecnologia para Alimento, contratou com a apelante 02 Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A, seguro de responsabilidade civil de produtos, defendendo, ambas as requerentes, que o "Emulsificante LAC 5800" produzido pela segurada e vendido à outras empresas, é preparado mediante agregação de outras matérias primas, sendo, umas delas produzida pela apelada SGS Agricultura e Indústria Ltda, não se encaixam as partes no conceito de destinatário final.

E levando em consideração tanto o ramo de atividade das apelantes, bem como o seu porte financeiro, não se pode falar em vulnerabilidade diante da apelada (fabricante de produtos químicos em geral).

Assim, como as apelantes não atuaram como destinatárias finais do componente adquirido da apelada e tampouco estão em posição de vulnerabilidade, não há que se falar em incidência do Código Consumerista na hipótese, de modo que o Juízo agiu com acerto ao afastar a pretensão das apelantes, incidindo ao caso a responsabilidade civil subjetiva.

Superior Tribunal de Justiça

Sendo assim, incide, no ponto, a Súmula 83 desta Corte.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial de **Seguros Sura S.A.** e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor dos advogados da SGS Agricultura e Indústria Ltda. em R\$ 100,00 (cem reais).

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.



MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator